

UMA LÍNGUA, MUITAS HISTÓRIAS: A DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA PELO MUNDO

Jurgen Alves de SOUZA¹

RESUMO: A difusão da língua portuguesa pelo mundo foi uma das consequências mais diretas da expansão ultramarina empreendida pelo Império Português entre os séculos XV e XVI, ocasionando, através do contato com outras línguas, o surgimento de novas variedades desse idioma ou até mesmo de línguas crioulas de base lexical portuguesa. O presente artigo reflete, com base na trajetória histórica da língua portuguesa pelo mundo, sobre sua transplantação, seu desenvolvimento e seu estado atual na América, na África e na Ásia, levando em conta as particularidades de todos os países a que ela chegou. A metodologia adotada foi uma cuidadosa revisão bibliográfica de textos de autores como Elia (2000), Pereira (2011), Mattos e Silva (2004), Lucchesi (2008), Gonçalves (2010), Santiago e Agostinho (2020), Hagemeyer (2009), dentre outros. À guisa de conclusão, é possível afirmar que, como a difusão da língua portuguesa pelo mundo não se deu de maneira uniforme, as novas variedades do português que surgiram tornaram-se línguas maternas em alguns lugares e não tiveram grande expressão em outros, assim como os crioulos de base lexical portuguesa que surgiram tornaram-se línguas maternas em alguns lugares e foram extintos em outros.

Palavras-chave: Língua Portuguesa; Trajetória histórica; Difusão pelo mundo.

ABSTRACT: The diffusion of the Portuguese language around the world was one of the most direct consequences of the overseas expansion undertaken by the Portuguese Empire between the 15th and 16th centuries, causing, through contact with other languages, the emergence of new varieties of that language or even Portuguese lexical base creole languages. This article reflects, based on the historical trajectory of the Portuguese language around the world, on its transplantation, its development and its current state in America, Africa and Asia, considering the particularities of all the countries she arrived at. The methodology adopted was a careful bibliographic review of authors' texts as Elia (2000), Pereira (2011), Mattos e Silva (2004), Lucchesi (2008), Gonçalves (2010), Santiago e Agostinho (2020), Hagemeyer (2009), among others. By way of conclusion, it is possible to affirm that, as the diffusion of the Portuguese language around the world did not occur uniformly, the new varieties of Portuguese that have emerged have become mother tongues in some places and did not have much expression in others, as well as the Portuguese lexical base creole languages that emerged became mother tongues in some places and were extinct in others.

Keywords: Portuguese Language; Historical trajectory; Diffusion around the world.

¹ Doutor em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia e Professor Adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: professorjurgen@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5211-3697>

Introdução

A língua portuguesa surgiu na Europa, chamada de *Lusitânia Antiga* (ELIA, 2000, p. 17), no início do século XIII, sendo falada originalmente em Portugal, além dos territórios portugueses da Ilha da Madeira e da Ilha de Açores. Nesse contexto, ela é considerada *língua de berço* (originada naquele lugar), *língua materna* (aprendida naturalmente nos primeiros anos de vida), *língua nacional* (utilizada em todo aquele território e tida como representação do falar daquela nação), *língua oficial* (adotada nos atos e documentos oficiais daquele país), *língua de cultura* (utilizada como meio de acesso à cultura letrada) e *língua padrão* (ensinada nas escolas como o padrão linguístico a ser alcançado). Todavia, em virtude da expansão ultramarina empreendida por Portugal nos séculos XV e XVI, a língua portuguesa acabou sendo transplantada para outros lugares na América, na África e na Ásia.

Quando os povos dominados, falantes de uma língua tipologicamente distinta, são obrigados a adquirir a língua do dominador, é formado um *pidgin*, ou seja, um código básico de comunicação utilizado apenas com a função de transmitir informações elementares e imediatas, dar e receber ordens e viabilizar trocas. A depender da intensidade e do tempo de duração da situação de contato, os resultados podem ser bem distintos, podendo gerar desde um pequeno arcabouço lexical até uma língua diferente daquelas que estavam em contato, quando esse código de comunicação passa a ganhar uma estruturação gramatical e novas funções de uso, constituindo uma gramática própria. É importante destacar, porém, que, de acordo com Mühlhäusler (1986), essa gramaticalização ocorreria de maneira gradual, a depender do prolongamento e da intensidade do contato entre línguas, e poderia ser sintetizada por meio de um *continuum* que retrata a ampliação do espectro das funções gramaticais em uso: jargão > *pidgin* instável > *pidgin* estabilizado > *pidgin* expandido.

O jargão seria o momento em que se forma um reduzido vocabulário, normalmente oriundo da língua do dominador, que cada falante passa a utilizar numa situação de contato pontual e de curta duração, tomando por base a gramática da sua língua nativa, sem que haja, no entanto, qualquer estruturação gramatical ou utilização desse léxico pelo grupo dominado para interagir com seus próprios membros. O *pidgin* instável, também chamado de *pré-pidgin*, seria o momento em que a estruturação gramatical do jargão ainda é bastante precária, mantendo um escasso vocabulário e criando apenas um pequeno aparato gramatical que diferencia esse novo código de comunicação das línguas que entraram em contato para gerá-lo. O *pidgin* estabilizado seria o momento em que a estruturação gramatical aparenta estar mais consolidada, ampliando o vocabulário e as funções de uso desse código de comunicação, sem ainda se colocar no mesmo estado de plenitude funcional e gramatical das línguas humanas naturais. O *pidgin* expandido seria o momento em que o código de comunicação já dispõe de um vasto vocabulário próprio, com estruturação gramatical e funções de uso bem desenvolvidas, assemelhando-se a outra língua humana qualquer.

Se esse *pidgin* expandido vier a se tornar a língua materna de boa parte dos falantes locais por conta do prolongamento e da intensidade do contato entre línguas, forma-se um crioulo, ou seja, uma língua diferente tanto da língua do dominador quanto da língua do dominado. É importante ressaltar que as situações típicas de criouloização são costumeiramente marcadas pela retirada de populações de seu contexto cultural e linguístico de origem, pela concentração de um grande contingente linguisticamente heterogêneo sob o domínio de um grupo dominante numericamente muito inferior (em torno de 10%) e pela

segregação da comunidade de fala formada durante o contato. Se, porém, o contato entre línguas não for tão intenso ou não ocorrer em condições semelhantes às situações típicas de crioulização, o que se forma é uma nova variedade da língua do dominador, da qual mantém quase todo o arcabouço estrutural, modificado apenas pela profunda variação no uso dos elementos gramaticais sem valor referencial.

Não se pode negar que, com sua difusão por várias partes do mundo, a língua portuguesa entrou inevitavelmente em contato com diversas outras línguas, possibilitando o surgimento de novas variedades do português em alguns lugares e de crioulos de base lexical portuguesa em outros. Diante dessa realidade, este artigo apresenta a trajetória histórica da língua portuguesa pelo mundo, refletindo sobre sua transplantação, seu desenvolvimento e seu estado atual em todos os países a que ela chegou durante a expansão ultramarina ocorrida nos séculos XV e XVI.

A trajetória histórica da língua portuguesa na América

Na América, chamada de *Lusitânia Nova* (ELIA, 2000, p. 21), a língua portuguesa chegou ao Brasil no início do século XVI, por intermédio da expedição do navegador português Pedro Álvares Cabral, passando a ser considerada *língua transplantada* (trazida de seu lugar de origem para aquele lugar), *língua materna* (aprendida naturalmente nos primeiros anos de vida), *língua nacional* (utilizada em todo aquele território e tida como representação do falar daquela nação), *língua oficial* (adotada nos atos e documentos oficiais daquele país), *língua de cultura* (utilizada como meio de acesso à cultura letrada) e *língua padrão* (ensinada nas escolas como o padrão linguístico a ser alcançado).

De acordo com Mattos e Silva (2004), a língua portuguesa, em território brasileiro, entrou em contato com centenas de línguas indígenas faladas pelos povos autóctones e dezenas de línguas africanas faladas pelos milhares de negros africanos trazidos para o território brasileiro como mão-de-obra escrava, o que evidencia o multilinguismo generalizado que caracterizou os primeiros séculos da colonização. Diante desse contexto, surgiram línguas gerais de base indígena, as quais serviram como instrumento de comunicação entre falantes de línguas diferentes, inviabilizando, ao menos inicialmente, o avanço da língua portuguesa – falada apenas nas poucas cidades litorâneas – por todo o território brasileiro. Essa situação só começa a mudar a partir de 1757, quando o Marquês de Pombal baixou um decreto proibindo o uso e o ensino de qualquer outra língua que não fosse o português, mas, como a maioria da população – formada por índios, negros e mestiços – não tinha acesso à escolarização, foi obrigada a adquirir, apenas de oitiva e em situação social adversa, a língua do colonizador.

Em 1757, com o Marquês de Pombal, se define explicitamente para o Brasil uma política linguística e cultural que fez mudar de rumo a trajetória que poderia ter levado o Brasil a ser uma nação de língua majoritária indígena, já que os dados históricos informam que uma língua geral de base indígena ultrapassara de muito as reduções jesuíticas e se estabelecia como língua

familiar no Brasil eminentemente rural de então. Pombal define o português como língua da colônia, conseqüentemente obriga o seu uso na documentação oficial e implementa o ensino leigo no Brasil, antes restrito à Companhia de Jesus, que foi expulsa do Brasil. (MATTOS E SILVA, 2004, p. 20-21)

Lucchesi (2008) afirma que, por terem sido inseridos mais diretamente como mão-de-obra na sociedade colonial, os negros africanos e seus descendentes foram as maiores vítimas da política linguística pombalina, já que eram forçados a aprender o português como segunda língua para se comunicarem com seus senhores, com capatazes e com escravos de etnias diferentes, fazendo com que esse português precariamente adquirido se tornasse, mais tarde, a língua materna de seus descendentes. Depois da abolição da escravatura, em 1888, e dos processos de industrialização, de urbanização e de êxodo rural que marcaram o início do século XX, essa nova variedade da língua do dominador, antes restrita ao universo da zona rural, atingiu também os ambientes citadinos. Vale lembrar que boa parte dos africanos e seus descendentes migrou para as cidades e acabou inserida como mão-de-obra barata nos diversos setores da atividade produtiva, concentrando-se nos estratos menos elevados da sociedade e ocupando as periferias dos grandes centros urbanos, servindo, assim, de transmissor do que hoje chamamos de *português brasileiro*.

E os afro-descendentes, sobretudo os mestiços, que no final do século [XIX] já constituem praticamente a metade da população do país, vão difundindo por todo o território nacional o português popular do Brasil. Um português muito diferente do falado e escrito pela elite colonial e do Império, configurando-se o que temos descrito como a polarização sociolinguística do Brasil. (LUCCHESI, 2008, p. 156)

Essa explicação para a formação do português brasileiro encontra respaldo na demografia histórica brasileira, uma vez que os censos demográficos realizados entre os séculos XVI e XIX mostram que cerca de 30% da população brasileira era composta por portugueses e seus descendentes, enquanto cerca de 70% eram compostos por índios, negros e mestiços, conforme atesta Mussa (1991).

DEMOGRAFIA HISTÓRICA BRASILEIRA

	1538-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
Mulatos	-	10%	19%	34%	42%
Branços brasileiros	-	5%	10%	17%	24%
Europeus	30%	25%	22%	14%	17%
Índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Fonte: Mussa (1991, p. 163)

Tal constatação corrobora a tese de que a pluralidade cultural e linguística evidente nos tempos do Brasil Colônia gerou, como consequência mais direta, a alteração da língua trazida pelos portugueses, contando com a participação de indígenas e, sobretudo, de africanos na

construção da modalidade da língua e da cultura representativas da então insipiente nação brasileira. Não obstante, é possível também constatar que, a partir do século XVII, o percentual de africanos, negros brasileiros e mulatos equivale a mais da metade da população brasileira, fortalecendo a hipótese de que os africanos e seus descendentes teriam sido, por um lado, vítimas de uma violenta repressão cultural e linguística que não permitiu a conservação das muitas línguas africanas que chegaram aqui² e, por outro, os principais protagonistas no processo de difusão da língua portuguesa no Brasil, contribuindo, de acordo com Lucchesi (2008), para que o contato linguístico dos muitos falares africanos com a língua portuguesa trazida da Europa gerasse as características mais notáveis da fala popular brasileira.

A presença dos africanos e seus descendentes ganha impulso com o chamado “ciclo do ouro”, que teria atraído para o Brasil, na segunda metade do século XVIII, ao menos trezentos mil portugueses de todas as classes sociais em busca do enriquecimento fácil e mais de um milhão de escravos africanos para serem usados como mão-de-obra na mineração. Nesse período, as línguas gerais de base tupi foram relegadas aos grotões do país e as línguas francas africanas foram sendo paulatinamente extintas, permitindo um predomínio da língua portuguesa em nosso território. Há que se dizer, porém, que o português falado no Brasil não era o mesmo português d’além mar, mas um português profundamente alterado pela aquisição irregular por parte dos índios e, principalmente, dos escravos africanos, os quais influenciaram mais decisivamente no desenhar dos traços característicos de nossa língua e no processo de difusão de tais traços na sociedade brasileira, visto que se inseriram – muito mais que os indígenas – na nova estrutura social que começava a se formar no Brasil de então.

De acordo com Lucchesi (2015), a reduzida elite colonial que procurava se manter fiel ao padrão linguístico lusitano concentrava-se nas cidades, pouco populosas e geralmente situadas no litoral, não influenciando as distantes povoações interioranas, por onde se espalhava a maior parte da população brasileira – formada principalmente por índios nativos e negros escravos –, a qual quase não tinha contato com a cultura europeia e, conseqüentemente, com a variedade padrão da língua portuguesa, restringindo-se à convivência com colonos portugueses pobres e pouco escolarizados, com os quais adquiriram precariamente o português como segunda língua.

Considerando que a imensa maioria do contingente de origem africana ou indígena era analfabeta e vivia no interior do país, esses segmentos deviam falar variedades bastante alteradas do português. E essa clivagem linguística era ainda acentuada no plano ideológico, na medida em que a elite brasileira importava deliberadamente os modelos linguísticos da antiga metrópole portuguesa para acentuar as diferenças idiomáticas que a separavam da plebe mestiça e negra. (LUCCHESI, 2015, p. 88)

Durante o século XIX, porém, fatores como a chegada da Corte Portuguesa, o surgimento da imprensa, a abolição da escravatura, o processo de urbanização e o conseqüente êxodo rural contribuíram para a expansão da língua portuguesa no Brasil, ainda que o português falado pela maior parte da população fosse bem distinto da variedade

² Atualmente são encontrados raros resquícios de línguas africanas no Brasil. Essas línguas subsistem apenas em algumas poucas comunidades rurais de afrodescendentes mais isoladas e servem como elemento de preservação da identidade cultural africana em território brasileiro.

européia. Dessa forma, segundo Mattos e Silva (2004), o multilinguismo generalizado que marcou os primeiros séculos da colonização teria se tornado em multilinguismo localizado a partir da segunda metade do século XIX, não resistindo a todas essas forças lusitanizantes e possibilitando que, em virtude do contexto sócio-histórico no qual estava inserido, aquele português precariamente adquirido pela maioria da população brasileira se tornasse língua nacional.

A trajetória histórica da língua portuguesa na África

Na África, chamada de *Lusitânia Novíssima* (ELIA, 2000, p. 30), a língua portuguesa chegou, no final do século XV, a Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, passando a ser considerada *língua transplantada* (trazida de seu lugar de origem para aquele lugar), *língua veicular* (utilizada como veículo de comunicação entre povos de línguas diferentes), *língua oficial* (adotada nos atos e documentos oficiais daquele país), *língua de cultura* (utilizada como meio de acesso à cultura letrada) e *língua padrão* (ensinada nas escolas como o padrão linguístico a ser alcançado). Contudo, nas últimas três décadas, a língua portuguesa falada em Angola e em São Tomé e Príncipe tem passado por um processo de nacionalização e de naturalização tão intensos que está a caminho de ser considerada *língua nacional* (utilizada em todo aquele território e tida como representação do falar daquela nação) e *língua materna* (aprendida naturalmente nos primeiros anos de vida) da maioria da população.

Angola

Em Angola, a língua portuguesa chegou, de acordo com Zau (2011), no final do século XV, por intermédio da expedição do navegador português Diogo Cão, entrando em contato com várias línguas africanas, das quais se destacam quimbundo, quicongo e umbundo. Contudo, para compreender a trajetória da língua portuguesa em território angolano, é imprescindível que conheçamos as configurações sociais, políticas e econômicas do período colonial, do período de luta pela independência e do período pós-independência.

No período colonial (1482-1970), a língua portuguesa, embora fosse a língua oficial imposta pelos colonizadores, tinha pouquíssima expressão em Angola, sendo falada apenas por uma pequena elite letrada nas zonas urbanas de Luanda e Benguela (as duas principais cidades da colônia). A supremacia das línguas africanas, especialmente do quimbundo, era tamanha que, em meados do século XVIII, o então representante do governo português em Angola, Sousa Coutinho, baixou um decreto em que desencorajava o uso das línguas africanas no ensino dos filhos da elite angolana com a promessa de inseri-los posteriormente em cargos administrativos.

No mesmo período, a língua portuguesa restringia-se a zonas urbanas, primeiramente Luanda (a principal cidade da Colônia de Angola) e seu *interland*, e mais tarde Benguela (anexada à Colônia de Angola em 1779) e seu *interland*), igualmente.[...] Em contrapartida, o kimbundu, a língua geral do antigo reino de Angola dava o ar da sua supremacia e tornava-se a língua dominante. (ZAU, 2011, p. 96)

Outra tentativa de fortalecimento da língua portuguesa ocorreu no final do século XIX, depois da Conferência de Berlim em 1885, quando os portugueses finalmente iniciaram a ocupação do interior do território angolano em busca de matéria-prima para a indústria europeia, gerando, posteriormente, o estabelecimento de três classes étnico-sociais (brancos portugueses, brancos angolanos e negros/mestiços angolanos) e de uma política linguística de assimilação, que concedia o *status* social de “elite” aos negros/mestiços angolanos que falassem a língua portuguesa e assumissem hábitos lusitanos.

Com a emergência dos mestiços e o surgimento de uma burguesia que integrava indivíduos de raça negra, criaram-se as categorias de assimilado (para designar os negros e/ou mestiços com determinados direitos, como a cidadania e o direito ao ensino, ou seja, aqueles que tinham conseguido a portugalidade) e indígena. Esta última categoria integrava, grosso modo, os indivíduos de raça negra ou os seus descendentes que, tendo nascido ou vivendo habitualmente nas províncias ultramarinas, não possuíam os hábitos individuais e sociais para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses. (ZAU, 2011, p. 99)

Ademais, no início do século XX, o então representante do governo português em Angola, Norton de Matos, baixou um decreto reforçando a obrigatoriedade do ensino de língua portuguesa nas escolas e proibindo o uso das línguas africanas em todo o território angolano, a fim de conter os anseios pela independência que já reverberavam entre os negros/mestiços angolanos que ascenderam à elite colonial. Ressalta-se que, ainda assim, a maioria esmagadora da população, que não frequentava a escola e, por isso mesmo, não tinha domínio da língua portuguesa, continuava utilizando suas línguas nativas nas mais diversas situações cotidianas.

No período de luta pela independência (1970-1975), apesar da inegável resistência das línguas africanas como línguas representativas da ancestralidade dos povos que habitavam aquele território, houve um grande avanço da língua portuguesa em Angola, em virtude das políticas linguísticas adotadas pelo governo português. Há que destacar, porém, que uma das principais estratégias utilizadas para incentivar o uso da língua portuguesa acabou sendo usada contra os portugueses, uma vez que os negros/mestiços angolanos que ascenderam à elite colonial, chamados de assimilados, subdividiam-se em dois grupos: os passivos ou alienados (que eram subservientes aos interesses de Portugal) e os ativos (que, valendo-se do conhecimento adquirido na escola e do seu novo *status* social, usavam a língua portuguesa para denunciar os abusos do colonialismo lusitano).

Todavia, podiam adquirir o estatuto de assimilado após um exame feito, em geral, pelo administrador do bairro. Existiram dois tipos de assimilados: os passivos (ou alienados), assim designados por se lhes achar desintegrados do seu mundo social, e os activos que, aproveitando os direitos que usufruíam, serviram-se dos conhecimentos que adquiriram nas escolas, usando a própria língua do colonizador como principal meio para denunciarem o colonialismo. (ZAU, 2011, p. 99)

Merece destaque também o fato de o Movimento Popular de Libertação de Angola adotar a língua portuguesa como símbolo de unidade na luta pela independência, já que, de

acordo com seus líderes, a utilização de qualquer língua africana poderia ser motivo de desunião entre os vários povos que habitavam o território angolano, os quais falavam línguas africanas distintas.

[...] sem causar grande espanto e em harmonia com aquele movimento, a língua portuguesa é adoptada como única língua oficial. Em relação a Angola, essa opção foi tomada pelos dirigentes do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), partido que proclama a independência nacional. (ZAU, 2011, p. 104)

No período pós-independência (a partir de 1975), a mesma língua que um dia simbolizou a opressão do colonialismo português agora simbolizava a unidade nacional de um país independente. Depois da independência de Angola, os povos que habitavam território angolano foram tomados por um forte sentimento de afirmação da angolanidade, a qual estava firmada na capacidade de incorporar, a um só tempo, suas raízes históricas e seu futuro como país independente, e a língua portuguesa seria inegavelmente um elemento sociocultural que incorporaria essas duas dimensões, embora houvesse também que a considerasse um vestígio do colonialismo.

Mediante o exposto, resta-nos concluir que a língua portuguesa representa vestígios do colonialismo. Porém, não restam dúvidas quanto à sua utilidade para a formatação de uma nova identidade nacional à custa de ameaça da diversidade. O seu papel enquanto directório de comunicação nacional tem contribuído para o reforço dessa identidade, situada entre a europeia e a africana, seus principais artefactos, e condimentado pelos efeitos da globalização. A angolanidade de que é, paradoxalmente, veículo e co-fundadora, ganha com a língua portuguesa e esta com aquela. (ZAU, 2011, p. 112-113)

Considerada, porém, pela maioria da população como instrumento revelador da unidade nacional angolana, a língua portuguesa avançou vigorosamente por todo o país (nas zonas urbanas e nas zonas rurais), fortalecida por alguns fatores sociais: (i) o conflito armado, que eclodiu logo após a independência, permitiu que a língua portuguesa fosse usada como veículo de comunicação entre os guerrilheiros de falantes de línguas africanas diferentes; (ii) a instauração da democracia permitiu que a língua portuguesa fosse usada como língua de mercado para o estabelecimento de relações comerciais com outros países do mundo; (iii) a dificuldade de publicação de atos e documentos administrativos nas diversas línguas africanas permitiu que a língua portuguesa continuasse a ser usada como língua oficial; e (iv) a dificuldade de traduzir toda a literatura utilizada no ensino para diversas línguas africanas permitiu que a língua portuguesa continuasse tendo primazia no processo educacional.

Por altura da independência de Angola, a língua portuguesa, que representava Portugal (Portugal significava colonialismo e a descolonização de tudo regia a palavra de ordem), foi proclamada como língua oficial, assim como oficialmente foi naturalizada por se revelar suficientemente flexível e adaptável para servir as realidades angolanas, principalmente na resolução do problema da unidade nacional. [...] De facto, hoje não restam dúvidas sobre esse processo da naturalização do português em Angola, assim como poucas

dúvidas existirão sobre a sua marcha na procura da nacionalidade angolana. (ZAU, 2011, p. 118)

Diante desse cenário favorável, a língua portuguesa falada em Angola, também chamada de *português angolano*, vem passando por um processo contínuo e gradual de naturalização, já sendo considerada a língua materna da maioria da população angolana.

Moçambique

Em Moçambique, a língua portuguesa chegou, de acordo com Gonçalves (2010), no final do século XV, por intermédio da expedição do navegador português Vasco da Gama, entrando em contato com várias línguas africanas, das quais se destacam macua, changana e elomwe. Para compreender, porém, a trajetória da língua portuguesa em território moçambicano, é imprescindível que conheçamos as configurações sociais, políticas e econômicas do período colonial, do período de luta pela independência e do período pós-independência.

No período colonial (1498-1970), a língua portuguesa teve pouquíssima expressão em Moçambique, sendo falada apenas por uma pequena elite letrada localizada nos poucos centros urbanos, uma vez que ainda não havia muitos colonos portugueses em território moçambicano e que a maior intenção da metrópole era explorar as riquezas do lugar através de constantes expedições. A língua portuguesa só começou a ganhar espaço em Moçambique depois da Conferência de Berlim em 1885, quando se iniciou um vigoroso processo de colonização que, dentre outras ações visando à imposição do domínio português entre os moçambicanos, decretou a língua portuguesa como a língua oficial da colônia. Outro fator que contribuiu para o fortalecimento da língua portuguesa no território moçambicano foi a designação de Lourenço Marques (atualmente chamada de Maputo) como a capital da colônia em 1902, visto que, devido à exiguidade de colonos portugueses, a expansão do complexo portuário, a implantação da burocracia estatal e o desenvolvimento do comércio internacional seriam realizados por mão-de-obra local, a qual se viu obrigada ao uso da língua portuguesa, exigida como comprovação de qualificação.

As condições que conduziram ao uso amplo do português em Moçambique estão directamente relacionadas com transformações políticas, económicas e culturais que se seguiram ao estabelecimento do Estado colonial depois da assinatura do Pacto de Berlim em 1885. [...] Em 1902, a cidade de Lourenço Marques, agora Maputo, tornou-se a capital da colônia, em consequência do reforço dos laços económicos com a vizinha África do Sul, o que foi acompanhado dos primeiros sinais do uso do português por parte da comunidade africana. (FIRMINO, 2012, p. 5)

Além disso, o governo colonial passou a adotar uma política linguística de assimilação, que concedia o *status* social de “elite” aos negros/mestiços moçambicanos que falassem a língua portuguesa e assumissem hábitos lusitanos, fomentando um maior interesse da população nativa pelo uso do português. Contudo, apesar de todos esses esforços, a aquisição da língua portuguesa pelos moçambicanos ficou restrita a um número ainda limitado de falantes, concentrados majoritariamente nas zonas urbanas.

Uma vez que a condição fundamental para a aquisição do estatuto de não indígena ou assimilado era o domínio do português, a política assimilacionista estabeleceu um precedente: a emergência de uma ideologia social que relacionava mobilidade social no seio da população autóctone com o conhecimento de português. Por outras palavras, a língua portuguesa tornou-se numa forma de capital social directamente ligada aos sistemas simbólicos, ideológicos e económicos que controlavam a mobilidade social e relacionavam as habilidades pessoais com a estratificação social dentro da colónia. (FIRMINO, 2012, p. 6)

No período de luta pela independência (1970-1975), mesmo diante da resistência oferecida pelas línguas africanas representativas da ancestralidade moçambicana, pode-se dizer que houve um significativo avanço da língua portuguesa em Moçambique, visto que a Frente de Libertação de Moçambique resolveu adotar a língua do colonizador como símbolo de unidade na luta pela independência. Essa escolha se deu com o objetivo de tentar unir diversas etnias em prol da libertação de Moçambique dos domínios lusitanos, já que a utilização de qualquer língua africana poderia ser motivo de desunião entre os vários povos que habitavam o território moçambicano, os quais falavam línguas africanas distintas.

As primeiras indicações do desenvolvimento de um tal quadro ideológico foram dadas durante a luta armada anticolonial para a libertação de Moçambique, quando o movimento nacionalista FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) decidiu adoptar a língua portuguesa com a finalidade de preservar a unidade entre os moçambicanos de diferentes origens envolvidos na sublevação. (FIRMINO, 2012, p. 9)

Com isso, a língua portuguesa deixou de ser vista como parte da cultura opressora do período colonial e passou a ser vista como símbolo da nova nação que viria a se formar, despertando cada vez mais o interesse dos moçambicanos por esse idioma. Vale lembrar, porém, que, como o número de falantes do português ainda era limitado, se comparado aos falantes de línguas africanas, a adoção da língua portuguesa como símbolo de unidade na luta pela independência acabou conferindo privilégios à elite local, uma vez que a maioria da população possuía pouco domínio do idioma lusitano.

No período pós-independência (a partir de 1975), a mesma língua que um dia simbolizou a opressão do colonialismo português agora simbolizava a unidade nacional de um país independente e se tornava a língua oficial dessa nova nação que acabara de surgir, possibilitando que fosse tida como um meio de comunicação cotidiano nos espaços públicos.

No Moçambique independente foi conferido o estatuto de língua oficial ao português, o que significa que, tal como no período colonial, continua a ser a única língua usada em funções oficiais. Além disso, o português foi também promovido pelo discurso oficial como língua da unidade nacional. (FIRMINO, 2012, p. 8)

Por conta disso, houve a necessidade de alfabetizar muitos moçambicanos na língua portuguesa, o que gerou um aumento exponencial no número de falantes dessa língua, embora ainda restritos às zonas urbanas. Mais tarde, porém, a língua portuguesa começou a ganhar espaço no interior de Moçambique e, segundo Firmino (2012), passou por processos de

modificação sociossimbólica e linguística em virtude de sua maior utilização pela população moçambicana, apontando para uma tendência futura à naturalização e à nacionalização.

Todavia, apesar desse cenário favorável à língua portuguesa, não se pode dizer atualmente que o *português moçambicano* seja considerado *língua nacional* (utilizada em todo aquele território e tida como representação do falar daquela nação) nem *língua materna* (aprendida naturalmente nos primeiros anos de vida) da maioria da população, uma vez que, de acordo com Gonçalves (2010), os dados censitários mais recentes evidenciam que o português é falado por não mais de 50,4% da população, sendo língua materna apenas de 10,7% dos moçambicanos. Assim, a despeito do significativo avanço da língua portuguesa nas últimas décadas, ainda é possível notar um predomínio das línguas africanas, as quais continuam sendo línguas maternas da maioria da população de Moçambique.

Cabo Verde

Em Cabo Verde, a língua portuguesa chegou, de acordo com Torquato (2009), em meados do século XV, por intermédio das expedições dos navegadores portugueses Diogo Gomes e Vicente Dias nas ilhas de Santiago e de Fogo, entrando em contato com várias línguas africanas. Apesar de não ter fincado raízes mais profundas no arquipélago de Cabo Verde, não se pode dizer que a língua portuguesa, considerada língua oficial, não trouxe contribuições linguísticas relevantes para sua população, uma vez que, a partir do contato do português com as línguas africanas faladas nas ilhas que compõem o arquipélago (principalmente nas ilhas de Santiago e de Fogo), surgiu o *crioulo caboverdiano*.

A situação sociolinguística de diglossia vivida pelo país deve-se ao fato de a sociedade cabo-verdiana não poder prescindir dessas línguas, pois o português, oficial, desempenha a função de língua internacional e garante a integração cultural, económica, social e tecnológica de Cabo Verde no mundo; a língua caboverdiana, nacional, por sua vez, desempenha a função da integração nacional. (TORQUATO, 2009, p. 91)

O crioulo caboverdiano, de acordo com Pereira (2011), faz parte dos chamados Crioulos da Alta Guiné e é um dos crioulos de base lexical portuguesa mais antigos do mundo, com grande vitalidade ainda hoje, sendo a língua materna de todos os caboverdianos nascidos no arquipélago e tendo duas variedades em uso (a de Barlavento e a de Sotavento). Merece destaque o fato de que, embora o crioulo caboverdiano seja a língua mais falada em Cabo Verde, o português, antes pouco falado, passou a ser língua oficial desde a independência, em 1975, e já figura como língua materna das novas gerações.

Guiné-Bissau

Em Guiné-Bissau, a língua portuguesa chegou, de acordo com Couto e Embaló (2010), em meados do século XV, por intermédio da expedição do navegador português Nuno Tristão, entrando em contato com várias línguas africanas, das quais se destacam fula, mandinca e balanta. Apesar de não ter fincado raízes mais profundas em Guiné-Bissau, não se pode dizer que a língua portuguesa, considerada língua oficial, não trouxe contribuições linguísticas

relevantes para sua população, uma vez que, a partir do contato do português com as línguas africanas faladas em território guineense, surgiu o *crioulo guineense*.

O português até hoje não é praticamente falado como língua vernácula na Guiné-Bissau. Ele só é adquirido como língua primeira, materna, por uma insignificante franja de filhos de guineenses que, tendo estudado em Portugal ou no Brasil, adotaram-no como língua de comunicação familiar, ou por filhos de casais mistos de guineenses com falantes de português de outras nacionalidades. [...] É também o caso de filhos de portugueses residentes na Guiné-Bissau ou, então, de filhos de outros estrangeiros que por um motivo ou outro falem português em casa. No entanto estas crianças, que desde cedo entram em contato com o crioulo, quer ouvindo os familiares falando, quer brincando na rua com outras crianças, aprendem-no rapidamente. (COUTO; EMBALÓ, 2010, p. 47-48)

O crioulo guineense, de acordo com Pereira (2011), faz parte dos chamados Crioulos da Alta Guiné e é um dos crioulos de base lexical portuguesa mais antigos do mundo, com grande vitalidade ainda hoje, sendo a língua materna de maioria da população guineense e segunda língua de uma parcela menor de guineenses cuja língua materna é o francês. Merece destaque o fato de que o crioulo guineense possui uma variedade falada em Casamansa, no Senegal, região que fazia parte da colônia portuguesa de Guiné-Bissau até 1886 e que, depois da Conferência de Berlim, foi cedida à França.

São Tomé e Príncipe

Em São Tomé e Príncipe, a língua portuguesa chegou, de acordo com Hagemeijer (2009), no final do século XV, por intermédio das expedições dos navegadores portugueses João de Santarém e Pedro Escobar, entrando em contato com várias línguas africanas, das quais se destacam quicongo e quimbundo. O contato do português com as línguas africanas faladas nas ilhas de São Tomé e Príncipe desencadeou o surgimento de três crioulos de base lexical portuguesa: o *santomense* (também chamado de *forro*), o *angolar* e o *principense*, que até pouco tempo eram as línguas mais faladas por lá. A língua portuguesa, antes restrita à elite colonial, passou a ganhar mais espaço em São Tomé e Príncipe a partir da independência, em 1975, e hoje já é a língua mais falada pelos santomenses, apresentando, conforme assinalam Santiago e Agostinho (2020), uma forte tendência à naturalização e à nacionalização, uma vez que é a única língua oficial do país, a única língua usada no processo de escolarização e a única língua falada por todas as classes sociais, embora haja uma evidente supervalorização social da variedade europeia do português em detrimento das variedades locais faladas pela maioria da população.

Em suma, a língua portuguesa é, inegavelmente, a língua mais falada e promovida no arquipélago, inclusive por meios oficiais. No entanto, a variedade eleita como alvo e carregada de prestígio social ainda é o português europeu, o que gera uma série de problemas, haja vista que é uma variedade distinta daquela corrente no cotidiano dos falantes. Tanto em São Tomé quanto no Príncipe emergem variedades próprias da língua portuguesa, a partir do uso e também do contato com as línguas locais. (SANTIAGO; AGOSTINHO, 2020, p. 51)

Os três crioulos falados em São Tomé e Príncipe, de acordo com Pereira (2011), fazem parte dos chamados Crioulos do Golfo da Guiné e são as línguas maternas de um número considerável de santomenses, apesar de, segundo Bandeira (2017), ter ocorrido, nas últimas décadas, uma diminuição significativa de falantes nativos dessas línguas devido ao avanço do português como língua materna. Merece destaque ainda o fato de que um outro crioulo de base lexical portuguesa formado na mesma época naquela região, o *Fa d'Ambô* (também chamado de *anobônês*), é falado na ilha de Ano Bom, que foi colônia portuguesa até 1778, quando foi cedida à Espanha em troca de territórios espanhóis na América, e que, desde 1968, pertence à Guiné Equatorial, país que adotou recentemente a língua portuguesa como língua oficial.

A trajetória histórica da língua portuguesa na Ásia

Na Ásia, chamada de *Lusitânia Perdida* (ELIA, 2000, p. 49), a língua portuguesa chegou, durante o século XVI, a Índia, China, Malásia e Timor-Leste, passando a ser considerada *língua transplantada* (trazida de seu lugar de origem para aquele lugar) e *língua veicular* (utilizada como veículo de comunicação entre povos de línguas diferentes). Contudo, nesses lugares, a língua portuguesa não fincou raízes e foi deixando de ser falada com o tempo, exceto no Timor-Leste, onde o português, em virtude de ter se tornado símbolo da luta dos timorenses contra a ocupação indonésia, passou a ser considerado *língua oficial* (adotada nos atos e documentos oficiais daquele país), *língua de cultura* (utilizada como meio de acesso à cultura letrada) e *língua padrão* (ensinada nas escolas como o padrão linguístico a ser alcançado).

Índia

Na Índia, a língua portuguesa chegou, no início do século XVI, a três cidades que funcionavam como entrepostos portugueses (Goa, Diu e Damão), conforme atestam Pereira e Fonseca (2013). Pode-se afirmar que, nessas três cidades indianas, a língua portuguesa serviu somente para a realização de transações comerciais entre os portugueses e os nativos, exceto na cidade de Goa, onde o português chegou a ser ensinado nas escolas até meados do século XX, entrando em decadência a ponto de atualmente só as pessoas mais idosas saberem falar um pouco e as mais jovens conhecerem não mais que meia dúzia de palavras.

Atualmente, a língua oficial é o concanin, o segundo idioma mais falado é o marathi, o inglês e o hindi tornaram-se as línguas de comunicação nas relações comerciais e nas repartições públicas. O uso do português, por sua vez, entrou em declínio, supondo-se que só 3 a 4% da população fala fluentemente essa língua. Ela ainda é falada por uma elite, sobretudo católica, e a língua-mãe, o concanin, incorpora inúmeras palavras de origem portuguesa – contudo, estas tendem a ser substituídas pelas correspondentes em inglês. (PEREIRA; FONSECA, 2013, p. 125-126)

Todavia, de acordo com Pereira (2011), mesmo não tendo fincado raízes mais profundas na Índia, a língua portuguesa contribuiu, a partir do contato com as línguas faladas naquela

região, para o surgimento de vários crioulos de base lexical portuguesa, dos quais poucos sobrevivem na memória dos falantes mais idosos, na tradição oral ou nos ritos religiosos. A maioria dos chamados Crioulos Indo-Portugueses foram se perdendo com a morte de seus falantes e os poucos que ainda resistem como língua materna são o *crioulo de Damão* (falado apenas em ambiente familiar por cerca de duas mil pessoas na cidade de Damão) e o *kristi* (falado por cerca de mil cristãos que vivem numa aldeia isolada em Korlai e originado a partir do contato com soldados portugueses).

China

Na China, a língua portuguesa chegou, em meados do século XVI, à cidade de Macau, que funcionava como entreposto português, conforme atestam Teixeira-e-Silva e Lima-Hernandes (2014). Pode-se afirmar que, em Macau, a língua portuguesa foi falada por um número considerável de falantes tanto nas relações comerciais quanto no ambiente familiar, entrando em decadência em meados do século XIX a ponto de atualmente pouquíssimos macaenses reconhecerem apenas meia dúzia de palavras portuguesas. Contudo, numa tentativa de resgatar as raízes históricas macaenses, têm sido desenvolvidas políticas linguísticas que visam à revitalização da língua portuguesa em Macau.

A língua portuguesa, até 1999, era a língua da administração, da classe governante, do funcionalismo público e do Direito. [...] No que se refere à língua portuguesa, percentualmente o seu domínio diminuiu de 3% (2001) para 2,4% (2011). [...] Com as políticas linguísticas mais recentes, o espaço da língua portuguesa passa a ser repensado tanto em termos legais quanto em termos de ensino. (TEIXEIRA-E-SILVA; LIMA-HERNANDES, 2014, p. 64, 68, 70)

Além disso, a presença da língua portuguesa na China contribuiu, a partir do contato com outras línguas faladas naquele lugar, para o surgimento de um crioulo de base lexical portuguesa, o *macaísta*, também chamado de *patuá*, que hoje está praticamente extinto. Esse crioulo fazia parte dos chamados Crioulos Sino-Portugueses, sendo língua materna da maioria dos macaenses até o início do século XX. Merece destaque o fato de que, em virtude de muitos macaenses terem migrado para Hong-Kong em meados do século XIX, o macaísta também ter chegado àquele país asiático, sendo extinto poucas décadas mais tarde com a morte da geração de faltantes mais idosos.

Malásia

Na Malásia, a língua portuguesa chegou, no início do século XVI, à cidade de Malaca, que funcionava como entreposto português, conforme atesta Guisan (2006). Pode-se afirmar que, em Malaca, a língua portuguesa serviu somente para a realização de transações comerciais entre os portugueses e os nativos, entrando em decadência em meados do século XVII, restando apenas algumas palavras oriundas do português que foram incorporadas à língua materna local.

A língua portuguesa, na sua forma pidginizada, se mantém até o início do século XIX, quando seria substituída pelo inglês como língua de intercâmbio.

[...] Em compensação, os empréstimos lexicais do português representam um número considerável, cerca de 200 palavras de origem portuguesa, de uso corriqueiro e generalizado atualmente. (GUISAN, 2006, p. 179)

Todavia, de acordo com Pereira (2011), mesmo não tendo fincado raízes mais profundas na Malásia, a língua portuguesa contribuiu, a partir do contato com a língua falada naquele lugar, para o surgimento de um crioulo de base lexical portuguesa, o *papiá Kristang*. Esse crioulo fazia parte dos chamados Crioulos Malaio-Portugueses e era tido como língua materna de mais de mil cristãos na cidade de Malaca, sendo levado, mais tarde, para outras localidades malaias e também para outros países, como Singapura e Indonésia, até sua extinção no início do século XIX. Ainda hoje, porém, é possível encontrar vestígios desse crioulo nas tradições religiosas.

Timor-Leste

No Timor-Leste, a língua portuguesa chegou, no início do século XVI, por intermédio de viajantes portugueses que, de acordo com Almeida (2008), vinham à ilha com relativa frequência em busca do sândalo, entrando em contato com várias línguas malaio-polinésias, das quais se destacam tétum, mambae e makasae. Todavia, para compreender a trajetória da língua portuguesa em território timorense, é imprescindível que conheçamos as configurações sociais, políticas e econômicas do período pré-colonial, do período colonial, do período de ocupação indonésia e do período pós-independência.

No período pré-colonial (1512-1630), a ilha era usada apenas como um entreposto comercial português no sudeste asiático, não tendo a língua portuguesa qualquer influência linguística no Timor-Leste, exceto pelo escasso vocabulário usado pelos timorenses durante as transações comerciais com os portugueses. Como não havia, naquele momento, colonos portugueses habitando o território timorense, o contato da população local com a língua portuguesa se dava somente nas curtas interações com viajantes lusitanos que passavam por lá, o que deu origem a um pequeno arcabouço lexical de uso muito limitado.

No período colonial português (1630-1975), com o objetivo de fortalecer a soberania lusitana no território timorense, passou a ser obrigatório o uso da língua portuguesa – considerada pelos colonizadores a língua da administração – nos atos e documentos oficiais da colônia. Por outro lado, a fim de facilitar e aumentar as transações comerciais com entre os colonos portugueses e a população local, houve um grande incentivo ao aprendizado da língua portuguesa, respondido positivamente pelos timorenses. Além disso, como o empreendimento colonial também pretendia difundir a fé católica entre os povos colonizados, a língua portuguesa passou a ser ensinada aos timorenses pelos diversos missionários portugueses que chegaram à ilha, com o intuito de facilitar o processo de catequese.

Além das motivações comerciais, supõe-se que a Igreja tenha também contribuído para o despertar do interesse das populações em relação à língua portuguesa. [...] Se, para os comerciantes, não seria necessário atingir um nível muito complexo da língua, para os missionários, a questão da língua era vista com outros olhos. [...] Para além de ir ensinando a língua portuguesa ao mesmo tempo que iam estudando as línguas locais, os missionários começaram a introduzir no território nomes portugueses através do batismo. (ALMEIDA, 2008, p. 15-16)

Todavia, embora a língua portuguesa já fizesse parte do cotidiano de muitos timorenses, sua presença só chegou a atingir as zonas mais isoladas fora da capital entre o final do século XIX e o início do século XX, contando com o incentivo da política colonial de assimilação, que concedia o *status* social de “elite” aos timorenses que falassem a língua portuguesa e assumissem hábitos lusitanos, mas, apesar de todos esses esforços, o português não era língua materna para os timorenses nem figurava entre as mais faladas naquele lugar de tanta diversidade linguística.

Outro ponto importante para a fixação da língua portuguesa em Timor foi a criação, já no período do Estado Novo, do conceito de assimilado. Este conceito foi criado em 1930 pelo Acto Colonial e implicava a divisão dos habitantes em duas categorias: indígenas (nativos não assimilados) e não indígenas, incluindo mestiços (brancos) e assimilados (nativos assimilados). Para adquirir o estatuto de assimilado, e a consequente cidadania portuguesa, um timorense tinha que falar português. É de ver que esta condição era fomentadora do interesse em aprender português. (ALMEIDA, 2008, p. 18)

Depois da queda do regime salazarista em Portugal, os movimentos favoráveis à independência do Timor-Leste ganharam força, a ponto de desencadear um processo de descolonização que incentivou a criação de partidos políticos e propiciou a realização de eleições diretas, com a vitória da Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente, partido de tendência marxista. Legitimada pelo discurso de combate ao comunismo naquela região, a Indonésia, apoiada pelos Estados Unidos, invadiu o território timorense em dezembro de 1975 e deu início a um período sangrento que duraria quase três décadas.

No período de ocupação indonésia (1975-2002), como Timor-Leste estava sob o domínio da Indonésia, a língua portuguesa não era mais utilizada nos atos e documentos oficiais, não servia mais aos interesses comerciais e era proibida até mesmo para fins religiosos, sendo seu uso em território timorense considerado um ato subversivo, já que era obrigatório o uso exclusivo do indonésio. Diante desse cenário, a língua portuguesa passou a ser associada ao movimento de resistência timorense, pois era a língua comum a todos os representantes da luta contra os invasores, era a única língua ortograficamente desenvolvida entre as línguas faladas pelos timorenses, era a língua oficial anterior à invasão que se estava combatendo e era um instrumento de resistência dos timorenses contra a imposição da cultura indonésia.

Também para a própria língua portuguesa, estes foram uns anos conturbados, em que viu seriamente limitada a sua presença naquele território, já que os indonésios, conotando-a com a resistência que foram encontrando ao longo do seu esforço de domínio, procuraram fazê-la desaparecer, proibindo o seu uso. [...] A presença do português em Timor passava então a estar ligada ao movimento de resistência timorense. [...] Para tal, utilizavam todos os recursos disponíveis para não só preservar a língua, mas, essencialmente, expandi-la aos menores e analfabetos, através de aprendizagem, até utilizando para isso carvão e casca de certas plantas para servir de papel.. (ALMEIDA, 2008, p. 19-20)

Por conta desse papel sociopolítico, embora tenha havido uma significativa diminuição do número de falantes da língua portuguesa (menos de 5% da população falava ou entendia português), sua valorização acabou se tornando um fator de unidade nacional e de afirmação identitária dos timorenses, despertando o interesse até mesmo dos timorenses menos escolarizados e que viviam nos lugares mais longínquos da ilha. Na final da década de 1990, o movimento de resistência timorense ganha apoio internacional, possibilitando, sob supervisão da ONU (Organizações das Nações Unidas) e forte contestação da Indonésia, a realização de um referendo em que se confirmou a vontade da maioria da população pela independência de Timor-Leste, a qual se oficializou em maio de 2002.

No período pós-independência (a partir de 2002), as línguas oficiais de Timor-Leste passaram a ser o tétum (idioma representativo da ancestralidade timorense) e a língua portuguesa (idioma representativo da independência timorense), tendo o indonésio e o inglês como línguas de trabalho.

Actualmente, as línguas oficiais em Timor-Leste, como definido pela Constituição da República Democrática de Timor-Leste, no artigo 13º, são o tétum e o português. Contudo, o artigo 159º determinou que a língua indonésia e a inglesa fossem línguas de trabalho em uso na administração pública a par das línguas oficiais, enquanto tal se mostrasse necessário. Não obstante, até ao presente momento, nenhuma destas línguas é falada por toda a população. (ALMEIDA, 2008, p. 28)

Depois de conquistar sua independência, Timor-Leste foi acolhido, ainda em 2002, como integrante da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, embora atualmente o português seja apenas a terceira língua mais falada em território timorense, ficando atrás do tétum e do indonésio, respectivamente. Mesmo com o crescente uso da língua portuguesa entre os timorenses, ela não pode ser considerada, ao menos por enquanto, *língua nacional* (utilizada em todo aquele território e tida como representação do falar daquela nação) nem *língua materna* (aprendida naturalmente nos primeiros anos de vida).

Conclusão

Embora seja língua oficial de Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial e Timor Leste, membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, a realidade do português nesses lugares é bastante diversa, especialmente quando consideramos o percurso histórico da transplantação de tal idioma para fora da Europa. Um olhar minimamente cuidadoso certamente evidenciará que a difusão da língua portuguesa pelo mundo não ocorreu de maneira uniforme, vicejando, a depender do contexto histórico, social e linguístico dos lugares aonde chegou, resultados bem distintos, tais como o surgimento de novas variedades do português ou de crioulos de base lexical portuguesa.

No que tange às novas variedades da língua portuguesa que surgem desse processo de difusão, é imprescindível ressaltar que, mesmo mantendo boa parte do arcabouço estrutural do português europeu, elas apresentam modificações e variações decorrentes do contato com outras línguas, favorecendo sua naturalização e sua nacionalização nesses países, como já ocorreu com o *português brasileiro* e está ocorrendo com o *português angolano*, com o

português santomense e, mais recentemente, com o *português timorense*. Por outro lado, no que se refere aos crioulos de base lexical portuguesa que surgem desse processo de difusão, é possível notar que alguns deles são falados ainda hoje como línguas maternas de boa parte da população local, como o *crioulo caboverdiano*, o *crioulo guineense* e os *crioulos santomenses*³, ao passo que outros crioulos são falados hoje por um grupo pequeno de indivíduos ou já foram extintos, como o *crioulo de Damão*, o *kristi*, o *macaísta* e o *papiá kristang*. Além disso, merece destaque o fato de, em alguns lugares onde a língua portuguesa tinha pouca expressão ou tinha até mesmo desaparecido, ocorrerem atualmente processos de expansão ou revitalização do idioma, como, por exemplo, em Cabo Verde, em São Tomé e Príncipe, na cidade chinesa de Macau e na cidade indiana de Goa. Portanto, o estudo acerca da trajetória histórica da língua portuguesa pelo mundo revela, a despeito de toda essa diversidade, a existência de uma única língua com muitas histórias, embora haja quem defenda a ideia de que as novas variedades do português que surgiram, por apresentarem modificações em relação ao português europeu e terem se tornado línguas nacionais, devam ser consideradas línguas distintas. Contudo, na contramão desse entusiasmo nacionalista, é consenso entre a maioria dos filólogos e linguistas que, em virtude de manterem uma parte significativa do arcabouço estrutural do português europeu, não se trata de línguas distintas, mas de variedades distintas do português, profundamente marcadas por processos de variação ocasionados pelo contato entre línguas ocorrido durante sua formação.

Referências

- ALMEIDA, Nuno Carlos Henriques de. **Língua Portuguesa em Timor-Leste: ensino e cidadania**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008.
- BANDEIRA, Manuele. **Reconstrução fonológica e lexical do protocrioulo do Golfo da Guiné**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- COUTO, Hildo Honório do; EMBALÓ, Filomena. Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau – um país da CPLP. **Revista Pápiá**, v. 1, n. 20, p. 7-253, 2010.
- ELIA, Sílvio. **A língua portuguesa no mundo**. 2 ed. São Paulo: Ática, 2000.
- FIRMINO, Gregório. **A situação do português no contexto multilíngue de Moçambique**. Disponível em: < www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/mes/06.pdf>. Acessado em: 17 de janeiro de 2012.
- GONÇALVES, Perpétua. **A Gênese do Português de Moçambique**. Lisboa: IN-CM, 2010.
- GUISAN, Pierre. Vestígios do Sonho Português no Sudeste Asiático. **Revista Via Atlântica**, v. 1, n. 10, p. 167-182, 2006.
- PEREIRA, Maria Eugénia; FONSECA, Rosa Maria. Projeto ForLínGOA: Formação em Língua Portuguesa - Goa. In: MORAIS, Carlos; COIMBRA, Rosa Lídia (Orgs.). **Pelos mares da língua portuguesa 1**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2013, p. 123-146.
- HAGEMEIJER, Tjerk. As línguas de S. Tomé e Príncipe. **Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola**, v. 1, p. 1-27, 2009.
- LUCCHESI, Dante. **Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

³ Por conta de essas línguas serem atualmente reconhecidas como línguas nacionais em seus respectivos países, alguns autores têm optado por não utilizar o termo “crioulo” ao se referirem a elas.

- LUCCHESI, Dante. Africanos, crioulos e a língua portuguesa. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (Orgs.). **História social da língua nacional**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 151-180.
- LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan. Processos de criouliização na história sociolinguística do Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). **Quinhentos Anos de História Linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006, p. 163-218.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004.
- MÜHLHÄUSLER, Peter. **Pidgin & Creole Linguistics**. Londres: Basil Blackwell, 1986.
- MUSSA, Alberto. **O papel das línguas africanas na história do português do Brasil**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.
- PEREIRA, Dulce. **Crioulos de Base Portuguesa**. In: Instituto Camões – História da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/geografia/crioulosdebaseport.html>>. Acessado em: 17 de janeiro de 2011.
- SANTIAGO, Ana Maria; AGOSTINHO, Ana Livia. Situação linguística do português em São Tomé e Príncipe. **Revista Cor das Letras**, v. 21, n. 1, p. 39-61, 2020.
- TEIXEIRA-E-SILVA, Roberval; LIMA-HERNANDES, Maria Célia. Políticas linguísticas e língua portuguesa em Macau, China: à guisa de introdução. **Revista de Signótica**, Edição Especial, p. 61-76, 2014.
- TORQUATO, Cloris Porto. **Políticas linguísticas em Cabo Verde (África)**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2009.
- ZAU, Domingos Gabriel. **A língua portuguesa em Angola: um contributo para o estudo da sua nacionalização**. Tese de Doutorado, Universidade de Beira Interior, Covilhã, 2011.

Submetido em 24 de abril de 2021

Aceito em 05 de julho de 2021